

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE SAÚDE

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços de equipamentos clínicos, de uso das unidades de saúde do município, pelo período de um ano.

ITEM	Quantidade	Descrição	Medida
01	40	<p>Aquisição de Eletrocardiógrafo Digital Portátil de 3 canais, com aquisição simultânea das 12 derivações e análise interpretativa automática do exame, com impressão no próprio equipamento, visando atender as demandas de exames de ECG em repouso, em ambiente hospitalar, ambulatorial e clínico, com as características funcionais e especificações técnicas detalhadas a seguir.</p> <p>Especificações de segurança:</p> <p>Normas: ABNT IEC 60601 EC11</p> <p>Classe antichoque elétrico: Classe I com fonte de energia interna</p> <p>Grau antichoque elétrico: Tipo CF</p> <p>Modo de trabalho: Contínuo</p> <p>Especificações físicas:</p> <p>Peso máximo de 2,5Kg (Incluindo unidade principal, registrador e bateria, não incluindo acessórios)</p> <p>Tela LCD Colorida, Touch Screen, de 6 a 7 polegadas, resolução 800x480 pixels</p> <p>Especificações de alimentação elétrica e autonomia da bateria:</p> <p>Tensão e frequência operacional: 100Vac a 240Vac/50Hz-60Hz</p> <p>Autonomia da bateria: Impressão de pelo menos 300 relatórios de ECG, ou registro contínuo do ECG por pelo menos 7 horas.</p> <p>Especificações de desempenho:</p> <p>Modos de funcionamento para análise de ECG: Automático, Manual e Ritmo</p> <p>Com interpretação de resultados de exames de ECG, baseado no código de Minnesota ou algoritmo validado clinicamente, do próprio fabricante</p> <p>Impressora matricial térmica integrada ao equipamento, para impressão do exame em papel térmico em rolo ou contínuo de 80mm</p> <p>Velocidade do papel: 5; 6,25; 10; 12,5; 25; 50mm/s (+/- 2%)</p> <p>Com proteção à prova de desfibrilador e detecção de marca-passo</p> <p>Faixa de Frequência Cardíaca e precisão: 30bpm a 300bpm, +/- 1bpm ou +/- 1%, o que for maior</p> <p>Modo de amostragem: 12 derivações simultaneamente</p> <p>Número de canais para visualização e impressão: Visualização de até 6x2 canais; Impressão de 3x4+1R</p> <p>Resposta da frequência: 0.05Hz – 150Hz</p> <p>Sensibilidade/Ganho: 2.5; 5; 10; 20; 10/5; 20/10mm/mV; AGC, erro +/- 2%</p> <p>Tensão de calibração e precisão: 1mV, +/- 1%</p> <p>Ajustes de filtros AC, DFT, EMG e Passa Baixa, para garantir a melhor qualidade do sinal captado pelo equipamento durante o exame</p>	Un.

		<p>Possuir pelo menos 1 porta USB para exportação de dados e atualização do sistema e uma entrada RJ45 para conexão com rede</p> <p>Suporta exportação de arquivos em formatos digitais como PDF, JPG, XML, DICOM, entre outros</p> <p>Conexão com sistemas de gestão via FTP, DICOM (WorkList) ou HL7 no próprio equipamento, com necessidade de instalação de um Software para PC</p> <p>Análise contínua de no mínimo 5 minutos de eventos do paciente</p> <p>Função de revisão e impressão de pelo menos os últimos 5 minutos dos exames realizados</p> <p>Função de cópia do último exame realizado em modo Automático</p> <p>Capacidade de armazenamento mínimo 200 exames, com opção de aumento de capacidade</p> <p>Possuir mapa de status de conexão dos eletrodos, para indicação de eletrodo solto ou mal conectado</p> <p>Interface intuitiva e de fácil operação com teclas de acesso rápido</p>	
02	30	<p>O monitor de paciente multiparamétrico deve ser projetado para uso em ambientes clínicos e hospitalares, incluindo centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva (UTI), unidades de tratamento coronariano (UCO), unidades de terapia intensiva neonatal (UTIN) e áreas de monitoramento geral. Destina-se ao monitoramento, exibição, revisão, armazenamento, emissão de alarmes e transferência de diversos parâmetros fisiológicos, sendo adequado para pacientes adultos, pediátricos e neonatais.</p> <p>Tela e Interface do Usuário:</p> <p>Tela: O monitor deve possuir uma tela colorida de 12.1 polegadas com resolução mínima de 800 x 600 pixels, sensível ao toque.</p> <p>Capacidade de Exibição de Formas de Onda: Deve ser capaz de exibir até 11 formas de onda simultaneamente na tela principal.</p> <p>Teclas Rápidas: Deve contar com teclas gráficas de acesso rápido a funções importantes.</p> <p>Layout da Tela: O monitor deve permitir a configuração de diferentes layouts de tela, incluindo telas com fonte grande para visualização otimizada de parâmetros, e outras configurações de exibição para atender a diversas necessidades clínicas.</p> <p>Parâmetros Monitorados e suas Especificações:</p> <p>O monitor deve ser capaz de monitorar os seguintes parâmetros fisiológicos:</p> <p>Eletrocardiograma (ECG):</p> <p>Derivações: Suporte para monitoramento de ECG de 3 e 5 derivações.</p> <p>Ganho: Seleção de ganho da forma de onda do ECG, com opções incluindo X0.125, X0.25, X0.5, X1, X2, X4 e modo Automático.</p> <p>Velocidade de Varredura: Velocidade de varredura da forma de onda do ECG selecionável, com opções incluindo 25 mm/s e 50 mm/s.</p> <p>Análise de Arritmia: Capacidade de identificar no mínimo 13 tipos de arritmias</p> <p>Análise de Segmento ST: Monitoramento e análise do segmento ST, com exibição dos valores de desvio de ST.</p> <p>Deteção de Marca-Passo: Deteção e indicação de pulsos de marca-passo.</p> <p>Respiração (RESP):</p> <p>Método: Medição da respiração por impedância torácica.</p> <p>Faixa de medição: 0 a 150 rpm</p> <p>Resolução/precisão: mínimo ± 2 rpm</p> <p>Alarme de Apneia: Suporte para alarme de apneia.</p> <p>Saturação de Oxigênio (SpO2):</p> <p>Tecnologia: Compatibilidade com diferentes tecnologias de SpO2, tecnologia da própria marca sendo possível solicitar de fábrica com tecnologia masimo.</p> <p>Faixa de medição: 0% a 100%</p> <p>Resolução/precisão: mínimo ± 2%</p> <p>Pressão Arterial Não Invasiva (PNI):</p> <p>Método: Medição de PNI pelo método oscilométrico.</p> <p>Tipos de Paciente: Adequado para medição em pacientes adultos, pediátricos e neonatais.</p> <p>Modos de Medição: Oferece modos de medição manual e automático</p> <p>Faixas de Medição (Adulto):</p> <p>Sistólica: 40 a 270 mmHg</p> <p>Diastólica: 10 a 210 mmHg</p> <p>Média: 20 a 235 mmHg</p> <p>Temperatura (TEMP):</p> <p>Canais: Monitoramento de dois canais de temperatura.</p> <p>Faixa de Medição: 0 °C a 50 °C.</p> <p>Resolução/precisão: 0.1 °C.</p> <p>Alarmes:</p> <p>Categorias: O monitor deve apresentar alarmes fisiológicos e técnicos, além de alertas.</p> <p>Prioridades: Os alarmes devem ser classificados em prioridade alta, média e baixa.</p> <p>Indicadores: Indicações de alarme visuais e sonoras.</p> <p>Volume: Volume do alarme audível ajustável, garantindo que possa ser distinguido do ruído ambiente.</p> <p>Controle de Alarme: Funções de silenciamento e pausa de alarme.</p> <p>Limites de Alarme: Limites de alarme ajustáveis, com opção de configuração manual ou automática.</p>	Un

Armazenamento de Dados:

Tendências: Armazenamento de dados de tendências por até 150 horas.

Medições de PNI: Armazenamento de até 1200 grupos de medições de PNI.

Eventos de Alarme: Armazenamento de até 200 eventos de alarme.

Formas de Onda: Armazenamento de dados de formas de onda por até 48 horas.

Conectividade:

Rede: Possui interface de rede (RJ45) para conexão a um sistema central de monitoramento (CMS).

Visualização Remota: Capacidade de visualização remota de outros leitos na mesma rede.

Acessórios:

01 Cabo ECG 05 vias,

01 Sensor SPO2 p/ adulto,

01 Mangueira de PNI,

01 Braçadeira/Manguito de PNI p/ adulto,

01 Sensor Temperatura cutâneo,

01 Manual,

JUSTIFICATIVA DO OBJETO

A aquisição se faz necessária para a troca dos equipamentos das unidades e ampliação dos atendimentos.

O prazo de vigência da atas de registro de preços e de 12 meses contados a partir da data de assinatura da ata, na forma do artigo 84 da Lei nº 14133/2021, podendo ser prorrogadas por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Entrega**

O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias contados do(a) envio da Autorização de Fornecimento, em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues no Centro de Distribuição de Medicamentos localizados na Rua: BrasíliaNº295 Centro Araras – SP Cep: 13600-710, entrada do prédio pela rua lateral (Rua Brasília), Horário de recebimento das entregas: das 7:30 às 15:30. Para maiores dúvidas entrar em contato: E-mail: dispensario@araras.sp.gov.br.

Garantia dos Equipamentos

Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo pela Administração.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela manutenção corretiva, substituição de peças defeituosas e demais reparos necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, sem quaisquer custos adicionais para o Município.

Os serviços de garantia deverão ser prestados por assistência técnica autorizada pelo fabricante ou pela própria contratada, observando prazo máximo de atendimento de até 72 (setenta e duas) horas após a abertura do chamado técnico.

Treinamento Operacional

A empresa contratada deverá realizar treinamento operacional dos profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde para utilização correta dos equipamentos fornecidos, sem ônus adicional para a Administração.

O treinamento deverá ser realizado presencialmente, em data a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde, após a instalação e disponibilização dos equipamentos para uso.

O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

- Operação e configuração dos equipamentos;
- Cuidados de conservação e limpeza;
- Procedimentos básicos de manutenção preventiva;
- Identificação e solução de falhas operacionais simples;
- Orientações sobre acionamento da assistência técnica durante o período de garantia.

Ao término do treinamento, a contratada deverá fornecer certificado, declaração ou lista de presença dos participantes treinados.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 25 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sendo escolhido o fornecedor que puder atender as especificações dos itens e menor preço, conforme disposto no art. 33, inciso I da mesma Lei.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1.1.1.o prazo de validade;
- 1.1.2.a data da emissão;
- 1.1.3.os dados do contrato e do órgão contratante;
- 1.1.4.o período respectivo de execução do contrato;
- 1.1.5.o valor a pagar; e
- 1.1.6.eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line no Portal Nota Fiscal Eletrônica no site da Receita Federal, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao site da Receita Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da sede da origem da empresa: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto aos órgãos Receita Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da sede da origem da empresa, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos Receita Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da sede da origem da empresa.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.1.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço por item.

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelada de acordo com as solicitações da Secretaria.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante pertinente ao ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante apresentação de certidão pelo órgão competente, que terá validade de 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinado por lei no próprio documento.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Gestor do contrato

Além das atribuições elencadas a seguir também cabe, se for o caso, ao gestor do contrato exercer todas as atribuições estabelecidas no Art. 19 do Decreto Municipal nº 7.201/2023,

Manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual;

Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida;

Manter o controle da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;

Prover a autoridade superior de documentos e informações necessários à celebração de termo aditivo, objetivando as alterações do contrato previstas em lei, inclusive para prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após verificação da vantajosidade da prorrogação, bem como da manifestação do fiscal do contrato sobre a qualidade dos bens entregues e/ou serviços prestados;

Avaliar e se manifestar sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a serem decididos pela autoridade competente;

Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

Decidir provisoriamente, de forma, motivada, sobre eventual suspensão da execução contratual, elaborando o **Termo de Suspensão**;

Adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência;

Aplicar a sanção de advertência prevista no inciso I do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Analisar a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, conforme rol e condições dispostos no instrumento contratual e nas normas de disciplina a execução da despesa pública, devolvendo-os ao fiscal do contrato para regularização, quando for o caso;

Incluir e conferir as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária necessárias ao pagamento, quando cabível e na ausência de fiscal administrativo do contrato, e encaminhar ao setor responsável;

Acompanhar as notas de empenho do contrato, solicitando o cancelamento de saldo, quando for o caso, respeitando a competência do exercício;

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão dos termos no contrato.

Indicação do gestor pela Secretaria Municipal de Saúde

Gestor: : Ieda Rosana Beretta Mussarelli

Chefe De Departamento

CPF: 086.388.528-43

Fiscalização do contrato

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos, conforme ordena o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 7.201/2023;

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, nos moldes do inciso XVII de Art. 20 do Decreto Municipal nº 7.201/2023;

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

O fiscal do contrato atuará em conformidade com os preceitos estabelecidos no Art. 20, incisos I ao XXV do Decreto Municipal nº 7.201/2023, no que for aplicável ao objeto em questão.

Indicação do fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde

Fiscal: Débora Alessandra Rosada

Coordenadora de Atenção Básica

CPF: 330.048.048-59

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

Apresentar Licença da Vigilância Sanitária e Autorização de Funcionamento (AFE) junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em plena validade, exceto em casos em que a empresa for isenta de apresentação.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regulamente emitido(s) pelo conselho profissional competente, comprovando ter o licitante fornecido bens com características semelhantes ao objeto licitado.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 1.1.8.A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 1.1.9. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 1.1.10. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 1.1.11. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 1.1.12. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

Araras, 02 de Junho de 2026.



Secretário da Saúde